

Pressões renovadas no setor da dívida externa

Não há ainda dados oficiais a respeito, mas as informações correntes nos meios econômico-financeiros são de que as reservas cambiais brasileiras tiveram um decréscimo de US\$ 1,2 bilhão nos primeiros três meses deste ano. A estimativa é bastante plausível em face do comportamento nada animador da balança comercial neste início de ano. Para alguns, a tendência já definida é de que o Brasil não repetiria neste ano o superávit obtido em 1984, em torno de US\$ 13 bilhões.

Essa circunstância tem gerado um renovado surto de pressões externas. Afirma-se, por exemplo, que a perspectiva de um saldo comercial menos robusto complica as negociações com os bancos internacionais. Logicamente, com um desempenho menos brilhante da conta de comércio, aumentará o déficit em conta corrente. Em consequência, as reservas cambiais sofrerão uma sangria, a não ser que os bancos internacionais resolvam injetar dinheiro novo no País, o que é improvável. De qualquer forma,

noticia-se que os bancos internacionais, prevendo a deterioração da posição cambial do País, não estariam dispostos a fazer concessões ao Brasil com relação ao "spread", por exemplo.

Esse tipo de raciocínio peca pela incoerência. Se os bancos não vão conceder, de jeito nenhum, novos empréstimos ao Brasil, não há motivo para que exijam "spread" mais elevado na fase 3, pois o seu risco não vai aumentar. Isso só criaria dificuldades adicionais para que o Brasil possa pagar os juros devidos. De outra parte, se insistirem em cobrar mais caro, isso poderia ser tido como uma admissão pelos bancos de que vão acabar tendo de injetar dinheiro novo no País.

A atitude do FMI também não nos parece nada coerente. O que é prioritário, neste momento, sob o ponto de vista da instituição: manter a regularidade das contas externas brasileiras ou combater a inflação através de medidas contencionistas? Se o primeiro objetivo for eleito, o FMI deveria ser menos intolerante quanto a medi-

das que o governo brasileiro poderia tomar para estimular as exportações, deixando também de insistir na necessidade de o País liberalizar o seu comércio.

Se a imaginação criadora funcionar, sempre haverá meios para dar um empurrão nas exportações de manufaturados e, como está provado, o governo brasileiro tem "know-how" suficiente para conter artificialmente as importações. Se o governo pudesse agir com liberdade, o superávit poderia ser menor do que o de 1984, mas, ainda assim, temos certeza, seria adequado.

Mas se o FMI e os credores julgarem que, acima de tudo, deve ser atacada a inflação através de medidas ortodoxas, então não se poderia exigir que o País produza superávits comerciais muito elevados. Entre outras coisas, um crescimento mais acelerado das importações concorreria para sofrear o crescimento inflacionário, tanto do lado da política monetária como também levando ao barateamento de produtos no mercado interno.

O problema é que os credores exigem que o País faça tudo de uma só vez: mantenha o nível recorde de superávit na conta de comércio, corte violentamente os gastos públicos, o crédito, os subsídios ainda existentes, salários, etc., para combater a inflação. Como será possível fazer essa mágica sem causar uma convulsão social, não interessa. E, pelo que se lê nos jornais, há credores que se queixam da "leniência" do FMI para com o Brasil...

Dentro de duas semanas, segundo se anuncia, o País deve reencetar as negociações com o Fundo, informando-se que os banqueiros desejam que um novo acordo seja firmado sem mais demora. A nosso ver, nada se resolverá de efetivo enquanto o lado de lá não reconhecer o direito do novo governo brasileiro de estabelecer um programa econômico. A sua credibilidade passaria, então, a ser julgada não pelo que foi obrigado a prometer e não cumpriu mas pela obediência ou não às suas próprias metas.